

DISCIPLINA E COESÃO NA CASERNA: O DISCURSO MLITAR DA REVISTA “A DEFESA NACIONAL” NO PÓS 1930.

*Fernanda de Santos Nascimento*¹

RESUMO: Este artigo procura demonstrar a intensa publicação de artigos e notas relacionados à questão da disciplina e da hierarquia na instituição militar brasileira pós 1930 nas páginas da revista *A Defesa Nacional*. Tal periódico teve relevante importância no processo de modernização da instituição. O período aqui estudado compreende delicado momento onde a instituição sofre com diversas divisões associadas a sua participação na Revolução de 1930 e a incorporação dos tenentes anistiados. Destaca-se, nesse sentido, a atuação do general Góes Monteiro e dos editores da revista *A Defesa Nacional* na manutenção da ordem dentro da instituição. A desunião da classe armada só seria efetivamente reparada com o Estado Novo, em 1937. Os brados por disciplina e coesão ganham importância, sobretudo, em um cenário onde os militares discutem e pensam efetivamente sua participação na política.

PALAVRAS CHAVE: Militares. Política. Disciplina.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate the intense publishing of articles and notes related to the issue of discipline and hierarchy in the Brazilian military institution after 1930 in the pages of the magazine *A Defesa Nacional*. Such periodical had a relevant importance in the modernization process of the institution. The period studied here comprises a delicate moment

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Ruth Chittó Gauer. e-mail: fernandaisrael@gmail.com

where the institution suffers from various divisions associated with their participation in the revolution of 1930 and the incorporation of those amnestied lieutenants. Highlights, in this regard, the actions of general Góes Monteiro and the editors of the magazine *A Defesa Nacional* in maintaining order within the institution. The disunity of armed class would only be effectively repaired with the Estado Novo in 1937. The chanting by discipline and cohesion gain importance, especially in a scenario where the military argue and think effectively their participation in politics.

KEYWORDS: Military. Politics. Discipline.

A disciplina e a hierarquia são duas características intrínsecas em qualquer instituição militar da atualidade. A instituição militar na forma como conhecemos hoje é derivada, sobretudo, do surgimento dos estados nacionais e da necessidade da existência de uma força militar profissional – um braço armado do estado que detém o monopólio da força – responsável pela manutenção da soberania política em caso de agressão externa. No entanto, em momentos de crise – seja ela institucional ou estatal – a instituição militar pode perceber seus reflexos na questão disciplinar e hierárquica.

No Brasil, país onde a instituição armada – referimo-nos aqui principalmente ao Exército – esteve constantemente ligada a fatos importantes da história política nacional, a busca pela disciplina foi uma constante no discurso militar, principalmente no período imediatamente posterior aos acontecimentos da Revolução de 1930. Parte desse discurso pode ser observado nas páginas da revista *A Defesa Nacional* (ADN), periódico militar editado principalmente pelos integrantes do Exército e que manteve, durante os períodos mais turbulentos da política nacional, sua periodicidade assegurada. Para Coelho, a fase iniciada em 1930 fez com que o Exército deixasse de ser uma mera “organização” para transformar-se em instituição na consciência de seus membros. Essa mudança só será efetivada

por conta das reformas aplicadas no seio da instituição, principalmente na formação de seus líderes e na manutenção da disciplina e da hierarquia.²

Com o início da revolução em outubro de 1930, a ADN deixou de circular nos meses de outubro e novembro. Com a vitória do movimento revolucionário, seus editores decidem lançar normalmente o número de dezembro de 1930. A ADN toma medidas drásticas a favor da revolução: já no editorial de dezembro, juntamente com a lembrança do aniversário de 17 anos de fundação da revista, os editores publicam integralmente o programa político revolucionário, principalmente os termos relativos ao Exército e ao seu processo de modernização.³ Os editores frisam que a revista permanecerá ao lado daqueles que defenderam a honra da pátria e que trabalharam pelo reerguimento nacional. Em nota, a revista ainda informa a busca pelo auxílio de outros camaradas militares para atuar na administração da revista. Os militares convidados foram os coronéis Arnaldo de Souza Paes de Andrade, Bertholdo Klinger e Pedro Cavalcante, Tenente-Coroneis Emilio Lucio Esteves e Pedro Aurélio Góes Monteiro, Major Valentim Benicio da Silva e Capitão Gustavo Cordeiro de Faria.⁴

Chama a atenção que todos esses militares alcançarão o cargo de general em pouco tempo. Esta era uma nova leva de militares que chegava ao comando do Exército, muitos deles trazendo

² COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Forense, 1976. p. 128-129.

³ Dezesete anos. Retrospecto – Avante! – Programas em *A Defesa Nacional*, ano XVII, n. 202, 203 e 204. Dezembro de 1930.

⁴ Bertholdo Klinger foi um dos criadores da revista *A Defesa Nacional*, em 1913 e por longos anos foi editor-colaborador da revista. Durante os movimentos insidiosos da década de 1920 permaneceu legalista. Alcança o generalato após a Revolução de 1930 e em 1932 se coloca junto aos paulistas, na Revolução de 1932.

dentro de si o *espírito novo* tão aguardado pela oficialidade.⁵ A presença de Góes Monteiro é, por si só, significativa do esforço da revista em se adequar aos novos tempos, unindo os militares e se colocando, definitivamente, ao lado da corrente vencedora. A presença de Góes é importante também porque essa oficial “deve ser colocado no centro do processo de transformação sofrido pelo Exército brasileiro nos anos 1930, “tanto na relação da instituição com a sua modernização quanto na relação com a política.⁶ Góes Monteiro, durante sua estada em Alegrete, no Rio Grande do Sul, entre 1912 e 1916, havia sido representante de *A Defesa Nacional*. Portanto, sua ligação com a revista não era recente. Também em 1919, ao ser transferido para o Rio de Janeiro, Góes Monteiro continua como representante da revista. Embora não tenhamos identificado produção intelectual de Góes nas páginas da revista, sua participação como representante nos permite inferir que Góes partilhava do ponto de vista dos redatores da revista.

Nessa edição de dezembro, a revista também publicou trechos da ordem do dia expedido pela junta pacificadora em 3 de novembro, onde o General Menna Barreto exorta aos militares que esqueçam as escaramuças passadas e unam-se “em torno

⁵ Em síntese, os militares acreditavam que estavam vivendo um *espírito novo* – expressão utilizada várias vezes pelos editores de ADN – simbolizado por uma nova energia e capacidade construtiva que romperam a timidez de ação e a rotina que dominavam a instituição há bastante tempo. Esse *espírito novo* corresponde a um Exército consciente de seu papel, da necessidade de centralismo político, estendendo o alcance do Estado à vastidão do território nacional. Simboliza também o aumento do poder intervencionista da instituição na política, representado pelo importante apoio ao golpe do Estado Novo e, por outro lado, pelo alcance estratégico dessa instituição no território brasileiro, por conta do aumento significativo de seu efetivo. IN NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2010.

⁶ BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. In: *Revista Militares e Política*, n. 2, janeiro-julho de 2008. p. 32.

da formosa bandeira do nosso Brasil querido”.⁷ A exortação do General Menna Barreto se justifica ao analisarmos a situação do Exército pós novembro de 1931. Certamente, a publicação de apenas essa trecho da ordem do dia sugere que os editores da ADN enxergavam o porvir do Exército: a dificuldade em unificá-lo logo após o estabelecimento do governo civil de Getúlio Vargas.

A vitória da participação militar no movimento de 1930 conduziu o Exército ao centro do poder nacional abrindo espaço para a consolidação do poder militar. Mas essa consolidação foi fruto de um longo processo de embate de vários grupos militares com interesses distintos. Embate essa permeado pelo problema geral da indisciplina e da quebra da hierarquia da instituição. O Exército de novembro de 1930 pode ser dividido em diversos grupos: os tenentes revolucionários, os oficiais ligados as oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba cuja liderança foi exercida por Góes Monteiro e pelo Coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti, militar que comandou a rebeldia em MG e irmão de João Pessoa, militares que se engajaram na revolução enquanto esta acontecia, oficiais que resistiram ao movimento, inclusive de forma armada, e a cúpula militar que conspirou e articulou a derrubada de Washington Luis, aceitando empossar Vargas.⁸

O problema não era apenas do interior da instituição, simbolizado pelas constantes agitações militares do período, mas também do frequente embate político com as lideranças civis, principalmente com os políticos paulistas. O orgulho desses, aliado à insatisfação com a política de Vargas, sobretudo em relação à escolha dos interventores para o Estado, irá gerar conflitos que culminarão na Revolta de 1932. No âmbito militar, os embates internos só serão satisfatoriamente resolvidos a partir de 1937, sobretudo com o Estado Novo e a vitória do projeto do grupo militar que consolidou as bases da instituição. Nesse

⁷ QG das Forças Pacificadoras de Mar e Terra, 3 de novembro de 1930, Ordem do dia no. 3 em *A Defesa Nacional*, ano XVII, n. 202, 203 e 204. Dezembro de 1930 p. 14.

⁸ SANTOS, Moacir José dos. *Pátria e poder: o exército e a construção da nação (1930-1937)*. Tese de Doutorado. Unesp, 2006. p. 85.

sentido, é revelador o fato de que, ainda em 1937, a ADN clame a seus leitores pela observação da disciplina no ambiente militar.

O discurso militar em relação à disciplina está ligado à emergência dos exércitos profissionais, no início do século XIX. A disciplina militar consiste, genericamente, em submeter-se de espontânea vontade a uma cadeia de comando caracterizada pela hierarquia, que é um princípio crescente e lógico da subordinação militar. Obediência, ordem e submissão são palavras frequentemente utilizadas quando se fala de disciplina militar. As atribuições da disciplina tendem a mudar conforme se altera a sociedade em geral. É o que reflete Janowitz, ao afirmar que a instituição militar é um reflexo da estrutura civil.⁹ O autor observa que a definição de disciplina pelos militares norte-americanos foi mudando, principalmente a partir do século XX, quando a instituição trabalhava positivamente para mudar sua imagem perante a sociedade e também para deixar de atrair “os proscritos da sociedade civil”. Durante o século XIX, no Exército brasileiro, a questão da disciplina está bastante relacionada à submissão de soldados rebeldes através de castigos corporais, prática comum e aceita no meio militar, solução única para punir os desvios de conduta de um soldado. Esse tratamento visto por muitos como reflexo de uma sociedade escravocrata, tende a mudar com as alterações sociais e políticas propostas ao final do século XIX. Ao abolir os castigos, os militares buscavam uma forma menos incisiva de manter a disciplina militar dissociando a instituição de qualquer caráter violento a que pudesse ser relacionada em relação aos seus membros.

Para Huntington, o profissionalismo militar só é possível quando estruturado numa hierarquia de obediência, onde cada escalão pode confiar nos seus subordinados.¹⁰ A garantia dessa obediência é o compromisso assumido com a disciplina, que é um dos pilares da ética militar. Essa ética militar, entre outros

⁹ JANOWITZ, Morris. *O Soldado Profissional*. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967. p. 41.

¹⁰ HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996. p. 91.

atributos, proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem e da hierarquia como fatores primordiais dentro da instituição militar.

É relevante que essa tenha sido um dos problemas mais tratados pelos editores da ADN entre os anos de 1931-1937. Embora tenhamos categorizado apenas 14 textos com essa temática de forma explícita no período, ela é frequentemente invocada em textos que refletem sobre outros assuntos. A preocupação é importante porque o Exército, em 1931, encontrase esfacelado, uma instituição quase à deriva, por conta de sua anarquia interna. O problema da disciplina tinha suas raízes na quebra do sistema lógico da hierarquia militar. Ao iniciar a revolução, a maioria dos oficiais superiores continuou fiel ao governo de Washington Luis. Muitos passaram para o lado revolucionário não por uma questão de princípios, mas porque essa começou a se delinear como o vencedor do conflito. A revolução, ao se tornar vitoriosa, acabou por dividir o Exército em dois: um ligado ao Grande Quartel General revolucionário (GQG) que funcionava sob as ordens do Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro que não confiava totalmente nas guarnições do Rio de Janeiro e outro ligado ao Ministério da Guerra, comandado pelo general José Fernandes Leite de Castro.

Aos editores de ADN esse fato não passou despercebido, pois o primeiro editorial do ano de 1931, intitulado “A Unificação do Exército”, tratava justamente da necessidade de unificar o Exército sob um comando único.¹¹ E mais: o editorial acusava ainda a divisão da instituição em pequenos exércitos regionais, ligados à divisão geográfica estabelecida pela revolução, isto é, o exército do sul, do norte e do centro. Esses exércitos se dividiam entre a lealdade ao GQG e ao Ministro da Guerra, o general Leite de Castro. Os editores da ADN aconselham prudência aos oficiais para que essas retornem as suas atividades exercidas antes da revolução, para que os estragos causados na instituição sejam consertados. Esses estragos são consequência do

¹¹ A Unificação do Exército em *A Defesa Nacional*, ano XVII, n. 205. janeiro de 1931.

despedaçamento dos laços disciplinares em todas as partes da organização. Recomenda-se trabalhar pela coesão de soldados, graduados e oficiais, condição indispensável para o funcionamento da instituição. A solução lógica para o restabelecimento da unidade militar seria a união de todos os militares sob a reconhecida autoridade do Ministro da Guerra.

Ao se aliar aos tenentes, o movimento revolucionário aceitou a proposta de anistia dos revolucionários dos movimentos de 1922 e 1924, acolhendo esses homens novamente na tropa. Foram reintroduzidos no Exército um total de 508 homens que haviam sido expulsos da Escola Militar durante a década de 1920 como consequência da participação em movimentos contra o governo. A chegada desses homens, além de inflar o corpo de oficiais, causou grande revolta naqueles que haviam se formado pela Escola Militar após 1922. E por um motivo bastante óbvio: os anistiados receberam o posto de primeiro tenente e foram classificados na lista de promoção à frente daqueles que haviam se formado pela Escola Militar. Sua reincorporação e consequente promoção foram autorizadas pelo decreto 19.610 de janeiro de 1931 que diminui o intervalo mínimo de promoção de tenente a capitão para um ano, além de dispensar a realização do curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais para a promoção para capitão. Essa ação teve como resultado a revolta de parte do corpo de primeiros tenentes do Exército, que no ano de 1931, percebia aproximadamente 873 homens.¹² Um telegrama foi enviado, em 1932, ao Ministro da Guerra relatando o descontentamento e pedindo medidas enérgicas contra o ocorrido. Quase 1/4 do corpo de primeiros tenentes assinou o telegrama e muitos ameaçavam aderir ao grupo em solidariedade. A solução encontrada pelo Ministério foi criar duas listas de promoção, de forma que os anistiados não concorressem com aqueles saídos da Escola Militar.

Em artigo publicado na ADN em fevereiro de 1932, os editores criticam a chegada dessas oficiais e mais ainda: em fevereiro, o decreto continuava operante beneficiando muitos que não

¹² MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. Companhias das Letras: São Paulo, 2007. p. 393.

havia sido anistiados, mas estavam se beneficiando das regras estabelecidas por ele.¹³ Para os editores isto era um absurdo, sobretudo a exigência de apenas um ano de serviço na tropa para a promoção. Eles argumentavam que esse período mínimo não possibilitava o estágio obrigatório na tropa para o exercício de comando, pois é insuficiente para apurar as qualidades do militar. Ora, acreditando que “o sistema de promoções é o único meio capaz de permitir o surto da confiança e a existência real da autoridade do comando, realizando a disciplina nos quadros e a instrução proveitosa” esse sistema era desestimulador para aqueles que almejavam uma “corporação profissional, formada por elementos de aptidão para a profissão, cujo trabalho assegure a eficiência da tropa e corresponda aos sacrifícios do país”. Era necessário, portanto, revogar o decreto e lançar, antes de 1933, a nova lei de promoções que assegurasse a equidade de acesso aos postos militares e que, de igual forma, valorizasse os custosos cursos de aperfeiçoamento. Os editores advertem que essas são considerações lógicas efetuadas coerentemente com o discurso da revista desde o seu lançamento e efetuadas “exclusivamente com espírito de colaboração aos que dirigem e orientam o Exército”.

A insistência de deslocar militares para postos políticos e administrativos também causou mal estar na instituição. Havia 74 militares, principalmente tenentes, ligados a cargos políticos nos estados.¹⁴ Esse fato causou a insatisfação da elite política dos estados porque tentou eliminar a sua influência direta no processo. A nomeação de novos interventores atendia aos desejos do movimento tenentista e tinha como objetivo mudar os poderes municipais e pressionar as lideranças, embora o domínio político continuasse assegurado pelos grupos tradicionais. A questão de São Paulo exemplifica esta afirmação. O Partido Democrático rompe com João Alberto em março de 1931, interventor do estado nomeado por Vargas por insistência dos tenentes, sendo

¹³ Lei de Promoções em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, n. 218. fevereiro de 1932.

¹⁴ MCCANN, op. cit. p. 389.

ele mesmo um tenentista. A situação se transforma em uma grave crise política, pois o partido não reconhece a ação política do interventor entrando em atrito com a política estadual de Vargas. Conflitos entre o governo estadual e as oligarquias irão acontecer em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e nos estados do Nordeste, embora com menos força.

Se antes da revolução as oligarquias regionais se batiam em profundas divergências, durante o ano de 1931, as divergências internas são eliminadas para se fazer oposição conjunta ao governo provisório de Vargas. Cria-se a Frente Única Riograndense e o Partido Nacionalista em Minas; o Partido Democrático de São Paulo se une aos seus opositores do Partido Republicano Paulista. Sua maior bandeira é a pressão pela Constituinte, que acabará culminando no movimento paulista de 1932. Como pano de fundo da crise política, o governo provisório enfrentava uma grave crise econômica, reflexo da crise internacional de 1929 que atingiu, especialmente, os países baseados na economia agro-exportadora, como era o caso do Brasil. Com a retração do consumo, ocorre a baixa de preço e a falta de créditos estrangeiros. O excesso de produção faz com que o governo compre estoques, na tentativa de manter o preço do produto estável. A queima de toneladas de café também foi uma tentativa nesse sentido. Essas medidas conseguem efetuar poucos resultados. A crise no setor cafeeiro vai se estender pelo menos até 1933, quando o governo intervém novamente em favor dos latifundiários.

Ainda em novembro de 1930 o governo revolucionário decidiu pelo primeiro expurgo de oficiais que não haviam se engajado na revolução. Generais de Divisão, Generais de Brigada e coronéis foram transferidos para a reserva ou para funções administrativas. Essa opção, além de liberar o acesso dos oficiais menores que haviam feito revolução a cargos de direção dentro do Exército, objetivava eliminar possíveis conspiradores e inimigos da revolução dentro da instituição. O Exército era a única instituição nacional que o governo revolucionário possuía ao seu dispor e torná-lo de confiança era necessário. Com o expurgo e houve a necessidade de ocupar rapidamente os cargos para não deixar

a instituição sem chefes. As promoções estavam seguindo o propósito essencialmente político, propósito esse que Góes lutava para reformar. Uma das suas exigências era que a Comissão de Promoções do Exército ficasse no controle dos revolucionários militares. Em fevereiro de 1931, Vargas assina a primeira lista com os nomes de 10 novos generais do Exército. Foram escolhidos os coronéis Raimundo Barbosa, Sotero de Menezes, Almerio de Moura, Franco Ferreira, Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger, Mauricio Cardoso, Ferreira Johnson, Guilherme Cruz e Góes Monteiro. Nessa lista figuram dois jovens turcos: Bertholdo Klinger e Parga Rodrigues, além do próprio Góes Monteiro, frequentemente associado às ideias reformistas pregadas pelos jovens turcos.¹⁵ Muitos desses novos generais teriam vida longa na formação do Exército, como Mauricio Cardoso que chegou à chefia do Estado maior do Exército em 1943 por indicação de Góes. Ele próprio, em seu depoimento, afirmou não estar de acordo com essas iniciativas de Vargas. Seu plano era reestruturar a instituição e fortalecê-la antes de preencher os claros existentes em seus quadros.¹⁶ Esse tipo de ação denunciava a existência do velho espírito personalista cuja própria revolução desejava combater.

O GQG foi encerrado apenas no final de abril de 1931. Ao encerrar suas atividades como chefe do Quartel General Revolucionário, Góes publicou seu último boletim onde fez graves referências à hierarquia e à disciplina no Exército. O texto causou revolta e choque em muitos militares. Em sua edição de maio de 1931, a ADN publicou trechos do polêmico boletim sob o título de “A Hierarquia Militar e a Disciplina” e também comentários de Góes direcionados àqueles que não gostaram de suas palavras.¹⁷ No boletim, Góes entende que a hierarquia do Exército brasileiro foi formada sobre bases falsas e que, por consequência, ruíra tão facilmente no período revolucionário. Da

¹⁵ MCCANN, op. cit. p. 392.

¹⁶ COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956. p. 162.

¹⁷ A Hierarquia Militar em *A Defesa Nacional*, ano XVII, n. 207. maio de 1931.

mesma forma, a disciplina era relacionada à existência de valores negativos entre os militares, principalmente de ordem moral, que advinham do falho sistema de promoções e da má formação de chefes militares que deveriam garantir o respeito e a admiração de seus subordinados. Aqui, Góes chega ao ponto chave de sua fala durante todo o período em que esteve envolvido com as reformas do Exército: a questão das promoções. Para Góes a escolha de chefes competentes era passo fundamental para assegurar a disciplina novamente no Exército. Caso isso não ocorresse, “o chefe se ressentirá da autoridade precisa para levar seus comandados aonde quiser, a disciplina torna-se frouxa, não haverá subordinação consciente, mas apenas forçada, qualquer que seja o posto conferido ao detentor.” Fica claro nesse trecho a importância dada pelo autor à necessidade do profissionalismo militar. Esse profissionalismo só seria garantido no momento em que a instituição tomasse a si a responsabilidade de escolher apenas oficiais aptos ao serviço através de sua competência e não por personalismos. Para Góes é urgente elevar “os mais aptos e pondo em disponibilidade os inaptos a fim de verificar a escala hierárquica e manter indissolúvel o nexos que prende em seus diferentes graus aos outros”. Era necessário selecionar, pois nem todo tenente poderia virar capitão e nem todo capitão poderia virar major. Em cada posto era necessária a seleção. Esse discurso era voltado principalmente àqueles que viam na profissão militar a possibilidade de ascendência social ou mesmo de ascendência profissional ininterrupta e constante pelo simples de fato de existir uma escala de comando.

Os editores da ADN se surpreenderam com a reação dos militares em relação ao boletim de Góes. Explicam que a maior parte de suas opiniões já haviam sido publicadas em trabalho encaminhado ao Ministério da Guerra sobre a possibilidade de uma lei de movimento de quadros. Esse trabalho, redigido em 1928, quando Góes era major, teve também a participação do capitão João Batista Magalhães, que será, na década de 1930, um dos importantes editores da ADN. É possível que Góes tenha elevado o tom no boletim em relação às promoções por conta, não só do decreto 19.610 que regulou a entrada dos expurgados, mas

também por conta das promoções que estavam sendo concedidas por interesses políticos.

A revolução também desestruturou o ensino militar. Todas as escolas tiveram o ano letivo interrompido em outubro de 1930, retornando apenas em abril de 1931. Para os editores da ADN esse é um indício de que o Exército está voltando a normalidade. Esse surto promissor de trabalho, sintetizado, também pelo retorno das escolas sob ensinamentos da Missão Militar Francesa (MMF), é o momento ideal “para dar ao nosso querido exército a coesão, o prestígio e a força de que tanto precisa no momento atual”.¹⁸

Mas esses não eram os únicos problemas da instituição: anúncios de conspirações militares chegavam frequentemente ao gabinete de Vargas, indicando que a situação militar era calamitosa. A maior parte dos boatos dizia respeito, sobretudo, em relação à participação do então ministro da Guerra, Leite de Castro, nas possíveis conspirações. Já em março de 1931 havia boatos em relação à conspiração enviados por Olegário Maciel, interventor do estado de Minas Gerais, a Getúlio Vargas. Maciel adverte Vargas de que um golpe militar está sendo arquitetado pelo ministro da Guerra a ser dado na capital, e a prova seria o não repasse de armas e munição às polícias militares de Minas Gerais e São Paulo, negados pelo ministro da Guerra.¹⁹ Como forma de prevenção, Olegário pede que seja reforçada a segurança na capital federal e que também se envie armamento e munições à força militar estadual de São Paulo, como medida de segurança. Vargas responde ao telegrama dizendo que a situação na capital é de tranquilidade e que confia em seu ministro. Mesmo que esse quisesse dar um golpe não haveria condições “revolucionárias”, esclarece Vargas. No mesmo período, Oswaldo Aranha também envia carta ao presidente, advertindo-o sobre um possível golpe

¹⁸ Reabertura das Escolas em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.207. maio de 1931.

¹⁹ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, referido a partir daqui como CPDOC/FGV GV c 1931.00.00/4.

vindo de Leite de Castro.²⁰ Aranha via com desconfiança a atuação da maior parte dos militares.

Em maio de 1931, Góes Monteiro também envia uma carta a Vargas indicando que o nome do General Isodoro Dias Lopes pode estar envolvido com um movimento subversivo descoberto no final de abril de 1931. Góes também alerta que no 4º Batalhão de Caçadores, sediado na cidade de São Paulo, existem oficiais que não são de confiança que devem logo ser removidos do Exército. Góes tem indícios de que praças e oficiais estejam envolvidos em conspirações ligados a esse batalhão. Ele acredita que as medidas repressivas e preventivas não devem demorar “pois todo ato de fraqueza e hesitação poderá nos custar caro”.²¹ Talvez os constantes avisos de conspiração que chegavam ao ouvido de Vargas fossem resultado de manobras políticas para desestabilizar o governo.

Um documento enviado a Getúlio Vargas também em maio, assinado, entre outros, por Góes Monteiro, Juarez Távora e Eduardo Gomes, advertia o presidente de que pouco a revolução havia mudado em termos políticos o país.²² Os políticos da república anterior foram apenas substituídos por novos, a criação de um partido nacional não deu certo e o país continuava a caminhar para o desmembramento e esfacelamento. A situação do Exército foi descrita como sendo de anarquia geral: “atritos surgem, abrolham ódios, nascem desconfianças. [...] O Exército acha-se desarticulado”. O documento enumera ainda dois outros problemas que atingiram a instituição após sua participação no movimento revolucionário. O primeiro deles diz respeito aos oficiais comissionados. Quando estoura a revolução e partes do Exército se lançam contra o Governo Federal, muitas unidades estavam sem oficiais ou com déficit, porque todos aqueles identificados como inimigos estavam sendo presos. Para fazer esse exército marchar foi necessário a presença de novos oficiais

²⁰ CPDOC/FGV GV c 1931.03.00.

²¹ CPDOC/FGV GV c 1931.05.22.

²² CPDOC/FGV GV c 1931.05.02/1.

e muitos sargentos receberam os postos de segundo tenente.²³ Em 1931 eram 504 segundos-tenentes nesta categoria. Sua presença incomodava os oficiais regulares que os descriminavam, pois associavam a existência do corpo de sargentos aos grupos menos favorecidos da sociedade.

O documento indica ainda a existência de duas “mentalidades dominantes” no Exército e que é fundamental a existência de uma única mentalidade que dê à instituição a coesão necessária para continuar apoiando o governo revolucionário. É possível que o autor do documento relacionasse essas mentalidades em relação ao posicionamento político dos militares, ou seja, aqueles que estavam contra a revolução e aqueles que estavam a favor. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho identifica duas mentalidades que dividiam o corpo de oficiais no início da década de 1930: esses dois grupos distintos foram chamados pelo autor de “intervencionistas reformistas” e de “neutros”.²⁴ O intervencionismo reformista foi uma mentalidade desenvolvida em países de transformação burguesa retardada, como o Brasil. Especialmente aqui, essa mentalidade recebeu influência do movimento positivista, cujos resíduos ainda se faziam presentes no Exército, seja através de velhos oficiais que representavam essa corrente, seja através de suas ideias. O movimento dos tenentes, durante a década de 1920, se identificou bastante com a mentalidade intervencionista, embora tenha se afastado do positivismo por conta do antimilitarismo da doutrina. Os militares ligados a essa corrente acreditavam na intervenção do Exército na política e da necessidade de seu fortalecimento e modernização. Talvez a compreensão de que os políticos nada faziam pelo Exército tenha acentuado a ideia de intervenção.

²³ De acordo com os regulamentos então em uso, sargentos só poderiam subir ao posto de oficial em caso muito especiais. Os oficiais eram formados pela Escola Militar de onde saíam como aspirantes, recebendo o posto de segundo tenente pouco tempo depois de deixada a escola. A necessidade de oficiais fez com que sargentos se tornassem comissionados, isto é, foram elevados ao posto de tenente por comissão.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 73.

Os militares ligados à corrente “neutra” eram aqueles contrários à intervenção na política e que seguiam os ensinamentos da Missão Militar Francesa (MMF), segundo Carvalho. Os militares franceses, em seus ensinamentos, haviam passado a ideia de que o exército em uma sociedade deveria ser um “grande mudo”, ou seja, ele não deveria se envolver nas questões políticas de um governo. Embora a análise de Carvalho seja coerente, existe a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto e o valor das ideias passadas pela MMF aos militares brasileiros. Resta saber também se essas ideias influenciaram os militares ao ponto de separá-los entre “revolucionários” e “não revolucionários”. O caso de Góes Monteiro parece indicar que não existe uma correlação estanque entre os militares alunos da MMF e sua posição durante os primeiros meses do governo revolucionário de Vargas. Góes, excelente aluno dos cursos franceses, chegou mesmo a refletir sobre a questão do Exército como um grande mudo concluindo que isso era necessário para sua própria coesão e eficiência e que a “sua verdadeira e única política é a preparação para a guerra”.²⁵ De qualquer forma, os próprios militares percebiam suas divisões internas e a necessidade de se trabalhar para a coesão dessas divisões.

Mas é conveniente registrar que essa pesquisa indica a existência de outro choque de mentalidades dentro da instituição: aquele ligado à mentalidade militar propriamente dita, a necessidade de renovação e modernização da instituição. Portanto, ao nos referirmos à *mentalidade militar* estaremos indicando a existência dessa mentalidade específica em oposição àquela identificada por Carvalho, que é a *mentalidade política* dos militares. Os editores da revista têm consciência de que existem grupos contrários a essa renovação, sobretudo aqueles ligados à falta de competência profissional e ao personalismo político. Eram militares que, saídos das escolas, galgavam a carreira a custa de interesses e de alianças pessoais. Esses não estavam engajados com a instituição e pouco faziam pelo seu bem. Suas alianças

²⁵ Citado por CARVALHO, op. cit. p. 74.

garantiam o afastamento da tropa e os deixavam próximos da capital federal. Por outro lado, existia um grupo ligado ao “espírito novo”, que havia “saído das correntes que combateram pela reforma, que a iniciaram e por ela propugnaram sem desanimar jamais”.²⁶ Percebemos aqui que esse grupo está identificado com os ideais dos Jovens Turcos em relação à instituição militar e podem ser considerados como os “discípulos” do trabalho iniciado pela *A Defesa Nacional* em 1913. Portanto, entre tantas divisões, o corpo de oficiais se dividia ainda em relação às questões relativas à própria instituição.

Em 1º de junho de 1931, Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, envia a Getúlio Vargas um “manifesto revolucionário”, documento que estava sendo distribuído à oficialidade do Exército e que pregava a luta contra o governo provisório.²⁷ Em carta, Flores avisava a Getúlio que o contingente da brigada militar gaúcha estava sendo reforçado com armamentos mais pesados, além de aumentar o efetivo de algumas guarnições. Essa ação é, sem dúvida, uma medida cautelar denunciando a desconfiança nas guarnições do Exército nacional aquarteladas no Rio Grande do Sul.

O manifesto, escrito em abril de 1931 e com cinco páginas, possui conteúdo altamente político, sobretudo em relação aos chefes políticos do Rio Grande do Sul. O documento acusa que é a política riograndense que está a frente do Brasil em seu eterno confronto com as políticas estaduais de Minas e de São Paulo. Essa política, que nada tem de revolucionária, não tenciona limpar o Brasil das políticas mesquinhas dos estados poderosos e tem ainda, como objetivo, a dissolução do Exército. O manifesto propõe a total união dos militares para que derrubem o governo provisório e instalem um governo militar. Vendo o Exército como a única instituição nacional e desvencilhada de interesses mesquinhos e politiquieiros, o autor do manifesto enxerga nessa a única maneira de seguir o curso dos acontecimentos da revolução.

²⁶ O Momento Militar em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 fevereiro de 1934.

²⁷ CPDOC/FGV GV c 1931.06.01/1.

O manifesto cita em vários trechos a necessidade de unir os revolucionários de 30, 24 e 22 vistos como os verdadeiros obreiros de uma revolução político social no Brasil. Essa frequente alusão pode indicar que o autor do texto fosse um tenente participante desses movimentos ou um militar profundamente simpático ao movimento tenentista da década de 1920. O documento informa o aumento do poder das polícias militares, sobretudo de Minas e do Rio Grande do Sul; alude ao desarmamento da guarnição do Exército em Minas, cujos equipamentos estão em poder da polícia militar. O documento evidenciava a divisão de opiniões dentro da instituição, mesmo entre aqueles que aceitavam a intervenção como medida válida para os militares.

As tentativas de unir a instituição militar e afastar a discussão política de seu interior podem ser representadas pela fundação do clube 3 de Outubro, que deveria organizar o Exército e unir, de alguma forma, o pensamento da instituição. O clube 3 de Outubro foi formado para ser o centro da discussão da doutrina revolucionária e também para aumentar o poder de pressão do grupo tenentista então aliado dos militares revolucionários. Com sede no Rio de Janeiro, o clube abriu representações em todos os estados. Os tenentes foram os principais associados da agremiação, que funcionou até 1935. As causas para o insucesso do clube estão ligadas as diversas tarefas exercidas pelos seus membros – tarefas políticas e públicas que dificultavam as discussões – e a insistência em fechar o movimento cada vez mais. O clube é criado sob a liderança de Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, ícones do processo revolucionário.

Os tenentes se isolaram como grupo político, ao exigir que somente revolucionários participassem das agremiações criadas, como o clube 3 de outubro. Essa ação dificultou a formação de alianças com esse grupo. Percebendo a impossibilidade do projeto político tenentista, que se torna cada vez mais radical e isolado, as lideranças militares tendem a se afastar do movimento a partir de 1932. A Revolução de 1932 foi um golpe para o movimento tenentista, “abrindo caminho para novos padrões de participação,

esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão”.²⁸ A derrota militar de São Paulo possibilitou o afastamento de oficiais contrários à intervenção, abrindo caminho para a promoção de vários outros militares ligados ao grupo de Góes. A própria Revolução de 1932 revela os problemas do Exército e torna-se patente reforçá-lo e unificá-lo. A entrada de Góes Monteiro no Ministério da Guerra e suas decididas ações durante o ano de 1934 sintetizam essa afirmação.

Num relatório publicado em janeiro de 1933, a ADN informa que antes de estourar a revolta paulista havia 244 sócios que faziam parte da revista. Com os efeitos da revolta, os editores acreditam em diminuição desse número e iniciam nova campanha para que mais assinantes se tornem sócios. Na opinião dos editores é “quase inadmissível que haja oficial que não seja sócio de ADN”.²⁹ Para os editores “essa falta de colaboração tem de ser obviada de qualquer modo, pois além de empanar o brilho da Revista, é sintoma de desinteresse pela causa que a sociedade defende”. A suspensão da publicação por conta da revolta paulista mostrou como era fraca a teia sobre a qual se assentava a ADN: a própria oficialidade do Exército e sua falta de coesão ainda em 1933.

De fato, em editorial de fevereiro sobre a necessidade de organização da defesa nacional, a hierarquia não foi esquecida: aos militares é necessário constituir uma hierarquia de valores positivos através do valor técnico profissional dos quadros “nele compreendendo-se a existência de vigor físico, moral, cultura intelectual e cultura profissional. Sem essa base a hierarquia é falsa”.³⁰ Num novo editorial, de abril de 1933, o autor faz uma analogia entre o Exército e o catolicismo: esse último, foi a instituição que congregou brasileiros desde o início da história do país, sendo elemento comum entre os brasileiros de todo o território e elemento impeditivo da desagregação nacional. A

²⁸ BRETAS, Marcos Luiz op. cit. p. P.47.

²⁹ Relatório Apresentado à Assembléia Geral que exerceu o mandato de 1931 a 1932 em *A Defesa Nacional* ano XX, n. 224, janeiro de 1933.

³⁰ Exércitos Modernos, em *A Defesa Nacional*, Fevereiro de 1933.

relação que o texto estabelece com o catolicismo é associativa: a instituição se mantém em sua estrutura primordial, congregando os brasileiros através de seus dogmas, graças à força da disciplina e da obediência hierárquica que produz unidade de pensamento e sentimento. O autor convida os militares que meditem sobre esse aspecto do sacerdócio, cuja unidade de doutrina presta um serviço incontestável à pátria. A associação da profissão militar como um sacerdócio é frequentemente mencionada nas páginas da ADN, sobretudo nos textos que tratam sobre a questão da disciplina militar.

Por outro lado, também, os militares traziam o gérmen da integração nacional, pois a instituição havia, desde tempos passados, trabalhado para a não desintegração do Brasil. Logo, “As classes armadas são a expressão da atividade verdadeira e mais profundamente nacional, porque são a sede de seu instinto de conservação, o órgão primacial de sua defesa”.³¹ Mas, acrescenta o autor, essa organização só é eficiente quando possui uma disciplina válida e vigorosa “derivada de uma doutrina que lhe assegure unidade mental e unidade de ação”.³² Novamente aqui aparece a necessidade da unificação da mentalidade no discurso militar. Se antes se clamava pela união, em 1931, a nova chamada efetivada pela ADN indica que, dois anos após a revolução, essa unidade ainda não havia sido convenientemente atingida. O autor termina seu texto pedindo aos militares que contribuam para o revigoramento da instituição militar através da submissão espontânea às exigências do Exército, eliminando divergências pessoais e profissionais em prol da instituição.

O ano de 1933 não deixou de ser mais um período de combates a indisciplina militar. Dessa vez, os militares envolvidos em episódios de quebra de hierarquia foram cabos e sargentos. Os movimentos articulados por esse setor do Exército tinham ligação com a situação funcional desses militares. Suas reivindicações abrangiam vários problemas identificados pelo grupo, como: estabilidade, maior possibilidade de promoção e salários mais altos. Um decreto baixado pelo governo revolucionário, ainda em 1930, permitia que sargentos com mais de 10 anos de serviço pudessem

³¹ A Propósito do Momento atual, em *A Defesa Nacional*, abril/maio de 1933.

³² *Ibidem*.

permanecer na tropa até 25 anos, mas facultava ao Exército decidir, a cada final de ano, se renovaria o serviço prestado por aqueles que tinham menos de 10 anos, permitindo ou não que esses sargentos continuassem no Exército.³³ O corpo de sargentos produziu durante o ano de 1933 diversos manifestos onde explorava suas reivindicações, além de conclamar aos seus pares que pegassem em armas para lutar contra um regime opressivo e socialmente injusto. Alguns desses documentos traziam claras referências à luta de classes entre a burguesia e o operariado, sendo este a origem social da maioria das praças do Exército. Esse tipo de discurso acendeu a luz de alarme para a oficialidade militar em relação “à ação dissolvente das propagandas facciosas de doutrinas exóticas”³⁴ dentro da própria instituição.

Em fevereiro de 1934 é debelado um movimento de caráter comunista articulado por sargentos e cabos dos quartéis de São Paulo, que deveria estourar no mês de março. Com o apoio da Força Pública e do movimento operário, os sargentos tencionavam irradiar a revolta pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Os líderes do movimento seguiam a influência de Fulgêncio Batista, sargento que havia derrubado o governo de Cuba em 1933. Os oficiais do Exército perceberam, a partir desse momento, a situação de abandono a qual tinham relegado aos seus subordinados:

Urge que contrabatamos a dissolução atuando ativamente em prol do núcleo de ideias que representam o nó vital do nosso ressurgimento. Urge que não abandonemos displicentemente os subordinados, principalmente os soldados, cabos e sargentos, permitindo que se tornem fácil presa dos pescadores de águas turvas, cujo principal objetivo tem sido a destruição da força organizada que é um obstáculo à desordem.³⁵

³³ CARVALHO, op. cit. p. 69.

³⁴ Sejam os Unidos em *A Defesa Nacional* ano XXI, n. 224 setembro de 1934.

³⁵ Sejam os Unidos em *A Defesa Nacional* ano XXI, n. 224 setembro de 1934.

Os editores da ADN aconselham ao Exército prover a assistência material dos corpos de tropa para que esses possam desempenhar de bom grado a sua tarefa. Acreditam que a penúria e o desmazelo contribuem para a desagregação, porque afasta o militar do seu verdadeiro papel, qual seja, a defesa da pátria. Os editores aconselham ainda que o superior forneça assistência moral para com o seu subordinado, reeducando-o para a coesão da classe, para o sentimento corporativo, propagando ideias que sejam contrárias àquelas ligadas à dissolução e à indisciplina. Encoraja os oficiais a se utilizarem dos mesmos métodos utilizados pelos “propagandistas dos novos credos” atuando, decisivamente, para o afastamento de doutrinas que possam complicar ainda mais a situação da instituição.

Se antes o inimigo da instituição era a falta de coesão relacionada à existência de diversas mentalidades junto à oficialidade, agora os militares possuem um novo problema, ligado aos seus próprios subalternos e à infiltração da doutrina comunista dentro dos quartéis. A partir de 1934, portanto, muitas das referências a disciplina feitas pela revista envolverão o problema do comunismo e sua infiltração na caserna.

O alerta em relação ao comportamento dos subalternos foi novamente reiterado pela revista em artigo escrito pelo Cap. Irapuan Xavier Leal intitulado “A mais séria das crises”, em dezembro de 1934. Nesse texto, bastante significativo, o oficial reclama do comportamento dos praças, principalmente nas ruas, onde não respeitam os oficiais. O autor se remete ainda para a “fobia de quartel”, revelando que ainda em 1930 a oficialidade tendia mais para os trabalhos de gabinete do que de tropa. Para o capitão “a questão essencial da disciplina vai descendo a um segundo plano, o que nos leva a meditações sérias sobre o futuro das classes armadas e conseqüentemente, do nosso país. O panorama é entristecedor”.³⁶

Após a Constituinte é a questão do aumento do soldo militar que convulsiona as disputas políticas. O general Guedes da

³⁶ A Mais séria das crises em *A Defesa Nacional* ano XXI, n. 227, dezembro de 1934.

Fontoura chegou a referir-se à derrubada do governo caso os soldos não fossem aumentados. A situação econômica do país era delicada: embora os efeitos da crise de 1929 começassem a se dissipar, os gastos públicos com a Revolta de 1932 mobilizavam o Ministério da Fazenda. Esse se empenhava em cortar os gastos orçamentários em vários setores do governo a fim de controlar o déficit. Entre 1929 e 1934, a renda real sofrera queda de 40%, logo, os oficiais estavam realmente sofrendo pressão financeira. A crise agravou o ambiente conspiratório, que unia ainda as divergências em relação à Constituição, já promulgada, e à discussão da Lei de Segurança Nacional. A crise dos soldos mais uma vez levaria o Exército a uma situação de indisciplina. Alguns elementos estavam utilizando essa questão como pretexto para insuflar os militares contra o governo. Trocas de comando foram efetuadas para afastar conspiradores e retornar a disciplina da instituição. Como forma de resolver o impasse, o governo autorizou uma gratificação por 12 meses até que o assunto do aumento fosse completamente resolvido.

O corpo de oficiais estava inchado: cerca de 1700 sargentos haviam sido comissionados desde a Revolução de 1930 e somente metade havia sido transferida para a reserva por volta de 1934. Aliado a isso, existiam ainda as centenas de oficiais anistiados, incorporados a partir de 1931 na tropa. Essas adições aumentaram bastante o gasto da instituição com o pagamento dos soldos. Por conta disso, decretou-se a diminuição do efetivo militar a partir de 1935, a fim de diminuir os gastos da instituição e possibilitar a conclusão das gratificações. O Exército ainda estava abalado em sua hierarquia e em sua disciplina.

Em janeiro de 1935 é proibida a participação de oficiais e praças em comícios políticos, prevendo a expulsão do Exército. Em julho do mesmo ano a ADN reproduz boletins escritos por oficiais comentando o caso de praças que foram expulsos por terem sido presos em flagrante ao participar de um comício político. Esse é o comício de Madureira, executado em 28 de maio pela Aliança Liberal, no Rio de Janeiro. Grande número de militares fardados compareceu ao comício para saudar o nome de Luís Carlos Prestes. Os boletins foram reproduzidos porque

trazem, em seu âmago, a questão da importância da disciplina e que o militar, ao se sujeitar a disciplina, renuncia a maior das características humanas: a liberdade. Aqui aparece novamente a associação da profissão militar como um sacerdócio:

O exercício da profissão militar foi sempre considerado um verdadeiro sacerdócio, pelo caráter votivo do compromisso inicial. Quem não estiver disposto ao sacrifício pessoal da renúncia do direito de agir apenas inspirado nos seus próprios sentimentos, não transponha os umbrais da caserna, porque aos arrependidos só restará o recurso digno da regeneração expressa pela demissão ou reforma.³⁷

Ou seja, ao fazer parte da instituição militar e devotar sua lealdade à pátria, não cabia ao militar que se envolvesse com compromissos de cunho político que necessitavam atenção e lealdade à questões que nem sempre seriam de interesse militar. A lealdade partidária esfacelava a instituição e não deveria, em hipótese alguma, ser permitida dentro do Exército. O novo inimigo, identificado agora como sendo o comunismo, é aquele que não dorme, que trabalha para armar a desordem e que não está sendo devidamente tratado pela nação que “regressa a apatia, ao pouco caso, ao desinteresse, as competições de política mesquinha, que dividem, que distraem a atenção e que enfraquecem, dando caso a ação dissolvente dos inimigos da Pátria”.³⁸ O baluarte da pátria, a instituição a qual ela pudesse acorrer era o Exército. Os militares deveriam estar imunes às “intrigas dos maus brasileiros na satisfação mesquinha de interesses pessoais; e que saibamos criar, pela nossa fé, pela noção do dever, pelo sentimento de disciplina e de ordem, pelo espírito construtivo, o ambiente sadio de brasilidade capaz de repelir os inimigos da pátria”.³⁹

³⁷ As Boas normas disciplinares em *A Defesa Nacional*, ano XXII, n. 234, julho de 1935.

³⁸ Alerta! em *A Defesa Nacional*, ano XXIV, n. 255, abril de 1937.

³⁹ Alerta! em *A Defesa Nacional*, ano XXIV, n. 255, abril de 1937. Alerta! – Abril de 1937 – a redação.

Em abril de 1937 os editores da ADN vêem a necessidade de reforçar o seu brado de alarme às classes armadas. Impõem-se, nesse momento, a justificada necessidade da coesão devido à presença de fenômenos dissociadores da integridade nacional. Mas que fenômenos são esses? O texto chama a atenção para a persistência do predomínio político dos grandes estados, para a intensa imigração que provém ao país dia após dia – fruto de uma anemia patriótica – e para o avanço do comunismo na sociedade. O autor também atribui ao Exército a defesa do patrimônio, da propriedade, da cultura e da consciência nacional. Para os militares “a manutenção da ordem interna, com a coesão e disciplina do Exército, é presentemente, na hora grave que atravessamos, a melhor garantia da integridade da pátria”.⁴⁰ Os militares garantem que suas espadas não pertencem a homens e nem a partidos políticos; servem unicamente para combater quem pretenda perturbar a ordem.

Identifica-se, portanto, entre o período de 1930 e 1937, uma intensa divisão interna no Exército brasileiro, causada por uma série de razões, entre elas: as divisões políticas derivadas da Revolução de 1930, a incorporação dos anistiados à instituição, a infiltração do comunismo e a constante ameaça de golpes por militares descontentes com as lideranças políticas. Os editores de *A Defesa Nacional* lutam para que a instituição atinja a coesão necessária ao seu equilíbrio. É necessário lembrar a importância da disciplina e da hierarquia dentro de uma instituição militar e as consequências que tal desequilíbrio podem trazer para a política e a sociedade nacional. As reivindicações por coesão fazem parte do discurso militar desse período porque muitos oficiais compreendem que tais clivagens internas só enfraquecem o poder da instituição. Ora, em um momento em que a instituição busca fortalecer-se e marcar, definitivamente, seu papel dentro da política brasileira, tal discurso foi fundamental.

Os movimentos revolucionários da década de 1920 demonstraram, aos jovens oficiais, que um exército que carecesse

⁴⁰ Ibid.

de sólida disciplina e líderes aptos estava relegado aos processos insidiosos em seu interior, notadamente iniciados pelos escalões subalternos da instituição. O discurso da disciplina e da hierarquia ganhou voz muito mais notável a partir de 1931, na tentativa de disciplinar os corpos, principalmente em relação aos seus oficiais. A tentativa de revolta dos sargentos em 1934 e a intentona comunista de 1935 revelaram aos militares um novo inimigo a combater: o comunismo dentro da instituição, que colocava em perigo a coesão, ao estimular uma suposta luta de classes entre soldados e oficiais; e num segundo momento, o comunismo fora da instituição, inimigo externo que colocava o país em perigo e em alerta total. Esse novo aspecto – o anticomunismo – influenciou, a partir de então, a doutrina militar que incorporou esse aspecto a seu discurso e o utilizou sempre que necessário, a partir de 1937, para justificar sua intervenção na política.